

O Problema do Mal

Dr. Greg L. Bahnsen (1948-1995)



Tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto
Janeiro/2006

MONERGISMO.COM

"Ao Senhor Pertence a Salvação" (Jonas 2:9)

www.monergismo.com

– Parte 1 –

Queremos nos dedicar agora ao exame de algumas das objeções mais repetidas e mais básicas que se levantam contra a fé cristã por parte daqueles que discordam da cosmovisão bíblica – quer por parte de seus antagonistas intelectuais, daqueles que a desprezam e que são muito cultos, ou das religiões que competem com ela. Nosso objetivo será sugerir como um método de apologética pressuposicional responderia esses tipos de argumentos contra o Cristianismo (ou alternativas para ele) como uma filosofia de vida, conhecimento e realidade.

Talvez o desafio mais intenso, penoso e persistente que os crentes escutam com respeito à verdade da mensagem cristã aparece na forma do que tem sido chamado de “o problema do mal”. O sofrimento e o mal que vemos ao nosso redor parecem ser um clamor contra a existência de Deus – ao menos um Deus que é tanto benevolente como todo-poderoso. Muitos pensam que este é o mais difícil de todos os problemas que a apologética enfrenta, não somente devido à aparente dificuldade lógica dentro da perspectiva cristã, mas também devido à perplexidade pessoal que qualquer ser humano sensível sentirá quando confrontado com a terrível miséria e perversidade que pode ser encontrada no mundo. A falta de humanidade do homem para com o homem é algo notório em toda época da história e em cada nação do mundo. Existe uma ampla história de opressão, indignidade, crueldade, tortura e tirania. Encontramos guerras e homicídios, cobiça e avareza, desonestidade e mentiras. Encontramos temor e ódio, infidelidade e crueldade, pobreza e hostilidade racial. Além do mais, mesmo no mundo natural nos deparamos com muito sofrimento e dor aparentemente desnecessários – defeitos de nascimento, parasitas, ataques de animais violentos, mutações radioativas, doenças debilitantes, câncer mortal, fome, feridas agonizantes, furacões, terremotos e outros desastres naturais.

Quando o incrédulo olha para esse infeliz “vale de lágrimas”, ele sente que há uma forte razão para duvidar da bondade de Deus. Por que deve haver tanta miséria? Por que ela deve estar distribuída de uma maneira aparentemente injusta? Isso é o que você permitiria, caso fosse Deus e pudesse impedir tais coisas?

Tomando o Mal com Seriedade

É importante que o cristão reconheça – de fato, insista – na realidade e na natureza séria do mal. O tema do mal não é simplesmente um jogo intelectual de salão, um assunto sem importância, uma decisão caprichosa ou relativista de ver as coisas de certa maneira. O mal é real. O mal é horrível.

Só quando chegamos a estar emocionalmente carregados e intelectualmente aguçados com respeito à existência do mal podemos apreciar a profundidade do problema que os incrédulos têm com a cosmovisão cristã – porém, de igual maneira, percebemos o porquê o problema do mal termina confirmando a perspectiva cristã, ao invés de debilitá-la. Quando falamos acerca do mal com os incrédulos, é crucial que ambos os lados “joguem com seriedade”. O mal deve ser tomado com seriedade “*como mal*”.

Uma passagem bem conhecida da caneta do romancista russo Fyodor Dostoyevsky, sacode imediatamente nossas emoções e nos fazem ser insistentes com respeito à maldade dos homens, por exemplo, homens que são cruéis com crianças pequenas. Ela é

encontrada em seu romance *Brothers Karamazov* [Os irmãos Karamazov].¹ Ivan apresenta sua queixa à Alyosha:

“As pessoas falam algumas vezes de crueldade bestial, mas isso é um grande insulto e uma grande injustiça para com as bestas; uma besta nunca pode ser tão cruel como um homem, tão artisticamente cruel...

Eu reuni muita, muita informação com respeito às crianças russas, Alyosha. Houve uma pequena menina de cinco anos que era odiada por seu pai e sua mãe... Como vê, devo repetir novamente, isso é uma característica peculiar de muitas pessoas, esse amor de torturar crianças, e somente crianças... É justamente a falta de defesa delas que tenta o torturador, bem como é a confiança angelical das crianças, que não têm nenhum refúgio nem apelo, que incendeia o seu sangue vil.

Essa pobre menina de cinco anos foi sujeita a toda tortura possível por aqueles pais cultos. Eles bateram nela, espancaram-na, chutaram-na por nenhuma razão até que seu corpo fosse esmagado. Então, recorreram a maiores refinamentos de crueldade – a trancaram durante a noite toda num banheiro frio e congelado, e para que ela não os molestasse durante a noite... embrulharam o seu rosto e encheram a sua boca com excremento, e era sua mãe, a sua própria mãe que fazia isso. E aquela mãe podia dormir, ouvindo os gemidos dessa pobre criança! Você pode entender por que uma pequena criatura, que nem sequer podia entender o que lhe tinha sido feito, deveria golpear seu pequeno coração dolorido com seu pequeno punho na escuridão e no frio, e verter suas mansas lágrimas, livres de ressentimento, diante do Deus bondoso para protegê-la? Você entende por que essa infâmia deve acontecer e ser permitida?... Esqueça, todo o mundo do conhecimento não é digno da oração da criança ao “querido e bondoso Deus’!...

Imagine que você está criando uma fábrica de destino humano com o objetivo de fazer os homens felizes no final, dando-lhes paz e descanso ao fim, mas que fosse inevitável torturar até a morte somente uma pequena criatura – aquela criança que golpeava seu peito, por exemplo – e fundamentar aquele edifício sobre suas lágrimas não vingadas. Você consentiria em ser o arquiteto sobre essas condições? Diga, e diga a verdade”.

“Não, eu não consentiria”, disse Alyosha suavemente.

Incidentes e solilóquios como este poderiam se multiplicar repetidamente. Eles provocam uma indignação moral em nosso interior. Também provocam uma indignação moral no incrédulo – e isso não deve ser desprezado pelo apologista.

Certa vez, quando estava fazendo um programa de rádio com chamadas ao vivo, um ouvinte que telefonou ficou extremamente nocivo quando disse que devíamos adorar e louvar a Deus. O ouvinte queria saber como alguém poderia adorar um Deus que permitia o abuso sexual e a mutilação de um bebê, tal como a criança que o ouvinte

¹ Trans. C. Garnett (New York: Modern Library, Random House, 1950), do livro V, capítulo 4. A citação aqui é tomada de uma seleção encontrada em *God and Evil: Readings on the Theological Problem of Evil*, ed. Nelson Pike (Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1964).

tinha visto em certas fotografias apresentadas numa corte judicial, no julgamento de algum espécime horrível da humanidade. A descrição foi repugnante e certamente evocou repulsão em qualquer um que tenha escutado. Eu sabia que o ouvinte tinha o propósito de pressionar fortemente sua hostilidade contra o Cristianismo – nesse caso, dirigido contra mim – porém, na realidade eu estava muito contente de que o ouvinte estivesse tão irado. Ele estava tomando o mal *com seriedade*. Sua condenação do abuso daquela criança não era para ele simplesmente um assunto de preferência pessoal. Por essa razão, me dei conta que não seria difícil mostrar o porquê o problema do mal não é realmente um problema para o crente – porém, muito mais para o incrédulo. Tocarei nesse assunto um pouco mais adiante.

O Mal como um Problema Lógico

O “problema” do mal nem sempre tem sido entendido apropriadamente pelos apologistas cristãos. Algumas vezes eles têm reduzido a dificuldade do desafio do incrédulo ao Cristianismo concebendo o problema do mal como simplesmente uma apresentação enfadonha de evidência contrária à suposta bondade de Deus. É como se os crentes professassem a bondade de Deus, porém logo os incrédulos tivessem seus contra-exemplos. Quem apresenta o melhor caso a partir dos fatos ao nosso redor? O problema se apresenta (de maneira imprecisa) como um assunto de quem tem a evidência mais forte de seu lado contra a do desacordo.

Por exemplo, lemos um apologista popular dizer isso sobre o problema do mal: “Porém, em última análise, a evidência a favor da existência do bem (Deus) não é enfraquecida pela anormalidade do mal”. E por que não? “O mal continua sendo um problema desconcertante, mas a força do mistério não é suficiente para demandar que desejemos a existência positiva a favor de Deus, da realidade do bem... *Ainda que não possamos explicar a existência do mal, essa não é razão para que desejemos a evidência positiva a favor de Deus*”.² Isso minimiza seriamente a natureza do problema do mal. Não é simplesmente uma questão de pesar a evidência positiva contra a evidência negativa a favor da bondade no mundo de Deus ou no plano de Deus (digamos, a redenção, etc.). O problema do mal é um desafio muito mais sério para a fé cristã do que isso.

O problema do mal equivale à acusação de que há uma *incoerência lógica* na perspectiva cristã – sem importar quanto mal haja no universo comparado com quanta bondade pode-se encontrar. Se o Cristianismo é logicamente incoerente, nenhuma quantidade de evidência positiva, e baseada em fatos, pode salvar sua verdade. A inconsistência interna faria, por si mesma, que a fé cristã chegasse a ser intelectualmente inaceitável, *ainda que concordando-se* que poderia haver uma grande quantidade de indicadores ou evidências em nossa experiência a favor da existência da bondade ou de Deus, considerados de outra forma.

O filósofo do século dezoito, David Hume, expressou o problema do mal de uma maneira forte e desafiadora: “Deus está disposto a impedir o mal, porém não é capaz? Então ele é impotente. Ele é capaz, porém não está disposto? Então é malévolo. É capaz e ao mesmo tempo está disposto? De onde, então, vem o mal?”.³ O que Hume estava argumentando é que o cristão não pode aceitar de maneira lógica estas três premissas:

² R. C. Sproul, *Objections Answered* (Glendale, CA: Regal Books, G/L Publications, 1978), pp. 128, 129.

³ *Dialogues Concerning Natural Religion*, ed. Nelson Pike (Indianapolis: Bobbs-Merrill Publications, 1981), p. 88.

Deus é todo-poderoso, Deus é absolutamente bom e, contudo, o mal existe no mundo. Se Deus é todo-poderoso, então deve ser capaz de impedir ou eliminar o mal, se o deseja. Se Deus é absolutamente bom, então certamente deseja impedir ou eliminar o mal. Contudo, é inegável que o mal existe.

George Smith declara o problema dessa maneira em seu livro *Atheism: The Case Against God* [Ateísmo: O Caso Contra Deus]⁴: “Resumidamente, o problema do mal é este... Se Deus sabe que o mal existe, porém não pode impedi-lo, então não é onipotente. Se Deus sabe que o mal existe e pode impedi-lo, porém não deseja fazê-lo, não é onibenevolente”. Smith pensa que os cristãos não podem, de maneira lógica, ter ambas as coisas. Deus é completamente bom, bem como completamente poderoso.

Portanto, a acusação que os incrédulos fazem é que a cosmovisão cristã é incoerente; adota premissas que são inconsistentes umas com as outras, dado o problema do mal no mundo. O incrédulo argumenta que, mesmo que ele aceite as premissas da teologia cristã (sem importar a evidência a favor ou contra delas individualmente), essas premissas não concordam *umas com as outras*. O problema do Cristianismo é um problema interno – um defeito lógico que inclusive o crente deve reconhecer, conquanto que ele admita a presença do mal no mundo. Pensa-se que esse mal é incompatível com a bondade de Deus, ou com o poder de Deus.

Para Quem o Mal é um Problema Lógico?

Deve ser óbvio, depois de um pouco de reflexão, que não pode haver um “problema do mal” que pressione os crentes, a menos que alguém possa legitimamente afirmar a existência do mal neste mundo. Nem sequer há um problema aparentemente lógico enquanto tivermos somente essas duas premissas com as quais devemos tratar:

1. DEUS É COMPLETAMENTE BOM.
2. DEUS É COMPLETAMENTE PODEROSO.

Estas duas premissas, em si mesmas, não criam nenhuma contradição. O problema surge unicamente quando adicionamos a premissa:

3. O MAL EXISTE (ACONTECE)

Por conseguinte, é crucial, para o caso do incrédulo contra o Cristianismo, achar-se na posição de afirmar que há mal no mundo – para apontar para algo e ter o direito de avaliá-lo *como* um exemplo do mal. Se fosse o caso de nenhum existir ou jamais acontecer – isto é, o que a gente inicialmente crê que seja mal não pode ser considerado “mal” de maneira racional – então, não há nada inconsistente com a teologia cristã que requeira uma resposta.

O que o incrédulo quer dizer quando fala de “bem”, ou por qual padrão o incrédulo determina o que pode aceitar como “bom” (de modo que o “mal” seja definido ou identificado conseqüentemente)? Quais são as pressuposições em termos das quais o incrédulo faz algum juízo moral, qualquer que este seja?

⁴ Buffalo, New York: Prometheus Books, 1979.

Talvez o incrédulo assuma como “bom” qualquer coisa que receba a aprovação pública. Contudo, sobre tal base, a declaração “a vasta maioria da comunidade aprovou efusivamente o ato maléfico e se uniu a ele” nunca poderia ter sentido. O fato de que uma grande quantidade de pessoas se sente de certa maneira não convence a ninguém (ou não deveria convencer racionalmente) de que esse sentimento (acerca da bondade ou maldade de algo) seja correto. Depois de tudo, a ética não se reduz a uma questão de estatística. De maneira ordinária, as pessoas pensam com respeito à bondade de algo como provocando sua aprovação – e não como o fato de sua aprovação constituir sua bondade! Até mesmo os incrédulos falam e atuam como se houvesse traços, ações ou coisas pessoais que possuam a propriedade de bondade (ou maldade) *independentemente* das atitudes, crenças ou sentimentos que as pessoas tenham com respeito a esses traços, ações ou coisas.⁵

Há problemas ainda maiores com a atitude de se tomar o “bem” como se fosse qualquer coisa que evoque a aprovação do indivíduo (ao invés do público em geral). Isto não somente se reduz ao subjetivismo, mas implica de maneira absurda que não há dois indivíduos que possam fazer juízos éticos idênticos. Quando Bill diz que “ajudar aos órfãos é algo bom”, ele não estaria dizendo a mesma coisa que quando Ted diz “ajudar as órfãs é algo bom”. A declaração de Bill significa “ajudar aos órfãos evoca a aprovação de Bill”, quando a de Ted significaria “ajudar as órfãs evoca a aprovação de Ted” – que são duas coisas totalmente diferentes. Esta perspectiva não somente faria impossível que duas pessoas fizessem juízos éticos idênticos, mas de igual maneira implicaria (de forma absurda) que os próprios juízos éticos de uma pessoa nunca poderiam estar errados, a menos que sucedesse que a mesma pessoa interpretasse incorretamente seus próprios sentimentos!⁶

O incrédulo poderia voltar-se então para um entendimento instrumental ou consequencial do que constitui a bondade objetiva (ou o mal). Por exemplo, uma ação ou característica é boa se tende a alcançar certo fim, como a maior felicidade do maior número de pessoas. A irrelevância de tal noção para fazer determinações éticas é que alguma pessoa necessitaria ser capaz de avaliar e comparar a felicidade, bem como ser capaz de calcular todas as conseqüências de qualquer ação ou característica dada. Isto é simplesmente impossível para as mentes finitas (incluse com a ajuda de computadores). Porém, mais devastadora ainda é a observação de que o bem pode ser tomado como qualquer coisa que promova a felicidade geral *somente se*, e é o caso antecedente, a felicidade generalizada seja em si mesma “boa”. Qualquer teoria de ética que se enfoca

⁵ O intuicionismo sugerirá que a bondade é uma propriedade indefinível (básica ou simples), a qual não chegamos a conhecer empiricamente ou através da natureza, mas “intuitivamente”. Contudo, o que é uma “propriedade não-natural”, a menos que estejamos falando de uma propriedade “supernatural” (a mesma coisa na disputa por parte do incrédulo)? Além disso, o intuicionismo não pode provar uma base para *saber* que nossas intuições são corretas: não somente devemos intuir a bondade da caridade, mas também devemos intuir que essa intuição é verdadeira. É um fato bem conhecido e embaraçoso que nem todas as pessoas (ou todas as culturas) têm intuições idênticas sobre o bem e o mal. Essas intuições conflitantes não podem ser racionalmente resolvidas dentro da cosmovisão do incrédulo.

⁶ Dificuldades similares acompanham a noção de que os termos éticos não funcionam e não devem ser usados para descrever nenhuma coisa em absoluto, mas simplesmente para *dar expressão* às emoções de alguém. A teoria associada (performativa) de linguagem ética conhecida como “prescritivismo” sustenta que as declarações morais não funcionam para descrever coisas com boas ou más, mas simplesmente para fazer com que nossos ouvintes se comportem ou se sintam de certa maneira. Segundo essa teoria, nenhuma atitude ou ação é boa ou má em si mesma, e uma pessoa fica sem nenhuma explicação do porquê as pessoas andam por aí “dirigindo” a outros imperativos supérfluos e velados como “ajudar aos órfãos é algo bom”.

na bondade de se alcançar certo fim (ou conseqüência), terá sentido somente se puder estabelecer que o fim selecionado (ou conseqüência) é um fim bom e digno de ser buscado e promovido. No final das contas, as teorias instrumentais do bem devem abordar o assunto da bondade intrínseca, para poder determinar corretamente quais *deveriam* ser suas metas.

Filosoficamente falando, o problema do mal se torna, portanto, um problema para o próprio incrédulo. Com o objetivo de usar o argumento do mal contra a cosmovisão cristã, o incrédulo deve ser capaz primeiramente de mostrar que seus juízos com respeito à existência do mal são significativos – que é precisamente o que a sua cosmovisão incrédula é incapaz de fazer.

– Parte 2 –

Então, o Incrédulo não Toma o Mal Seriamente?

Os incrédulos se queixam de que certos fatos claros com respeito à experiência humana são inconsistentes com as crenças teológicas cristãs acerca da bondade e do poder de Deus. Tal queixa requer que o incrédulo afirme a existência do mal neste mundo. O que, contudo, tem sido proposto aqui?

Tanto o crente como o incrédulo desejaram insistir que certas coisas são más, por exemplo, os casos de abuso infantil (como aqueles já mencionados). E falarão como se tomassem com seriedade tais juízos morais, não simplesmente como expressões de gosto, preferência ou opinião subjetiva pessoal. Insistirão que tais coisas são verdadeiramente – objetivamente, intrinsecamente – más. Até mesmo os incrédulos podem ser sacudidos de suas fáceis e simples posições de relativismo ante as atrocidades morais como a guerra, a violação ou a tortura.

Porém a pergunta, logicamente falando, é como o incrédulo pode falar e atuar com sentido ao tomar o mal com seriedade – não simplesmente como algo inconveniente, ou desagradável, ou como algo contrário a seus desejos. Que filosofia de valor ou moralidade o incrédulo pode oferecer que faça significativa a condenação de tal atrocidade como algo objetivamente mal? A indignação moral que os incrédulos expressam quando se encontram com as coisas más que transpiram neste mundo não se coadunam com as teorias éticas que os incrédulos expõem, teorias que provam ser arbitrárias, subjetivas ou meramente utilitaristas ou relativistas no caráter. Na cosmovisão do incrédulo não há uma boa razão para dizer que algo é mal por natureza, mas somente por decisão ou sentimento pessoal.

Essa é a razão pela qual me animo quando vejo os incrédulos se indignarem muito com alguma ação má como uma questão de princípios. Tal indignação requer recorrer ao caráter absoluto, imutável e bom de Deus para que o assunto tenha sentido filosófico. A expressão de indignação moral não é apenas evidência pessoal de que os incrédulos conhecem a Deus no profundo dos seus corações. Eles se recusam deixar que os juízos com respeito ao mal sejam reduzidos ao subjetivismo.

Quando o crente desafia o incrédulo sobre este ponto, provavelmente o incrédulo mude de direção e trate de argumentar que o mal se basia, em última instância, no raciocínio ou nas decisões humanas – sendo assim, relativo ao indivíduo ou à cultura. E nesse ponto o crente deve enfatizar com força a *incoerência lógica* no conjunto de crenças do incrédulo. Por um lado, crê e fala como se alguma atividade (por exemplo, o abuso infantil) fosse errada em si mesma, porém por outro lado crê e fala como se essa atividade fosse errônea somente se o indivíduo (ou a cultura) escolhesse algum valor que fosse inconsistente com ela (por exemplo, prazer, a maior felicidade para a maior quantidade de pessoas, a liberdade). Quando o incrédulo professa que as pessoas determinam os valores éticos por si mesmas, o incrédulo sustenta implicitamente que aqueles que cometem mal, na realidade não estão fazendo nada mal, dado os valores que escolheram para si mesmas. Desta maneira, o incrédulo, que está indignado pela maldade, supre as próprias premissas que filosoficamente aprovam e *permitem* tal

conduta, ainda que ao mesmo tempo o incrédulo deseje insistir em que tal conduta *não* é permitida – que é “má”.

O que encontramos, então, é que o incrédulo deve *confiar* secretamente na cosmovisão cristã para que seu argumento tenha sentido a partir da existência do mal, o qual é *lançado contra* a cosmovisão cristã! O anti-teísmo pressupõe o teísmo para apresentar seu caso.

Assim, o problema do mal é um problema lógico para o incrédulo, e não para o crente. Como cristão, posso apresentar meu caso de maneira significativa por minha repugnância e condenação moral do abuso infantil. O não-cristão não pode fazer isso. Isto não quer dizer que posso explicar o porquê Deus faz tudo o que faz ao planejar a miséria e a maldade neste mundo. Significa simplesmente que a indignação moral é consistente com a cosmovisão do cristão, suas pressuposições básicas com respeito à realidade, o conhecimento e a ética. Ao final, a cosmovisão do não-cristão (de qualquer variedade) não pode explicar tal indignação moral. Não pode explicar o objetivo e a natureza imutável de noções morais como o bem e o mal. Dessa forma, o problema do mal é precisamente um problema filosófico para o incrédulo. Dos incrédulos se requereria que apelassem à mesma coisa contra a qual argumentam (um sentido divino e transcendente de ética) para justificar seu argumento.

Resolvendo o Alegado Paradoxo

O incrédulo poderia protestar nesse ponto que, mesmo que ele como um não-cristão não possa explicar significativamente a visão de que o mal existe objetivamente, contudo, ainda permanece um paradoxo no conjunto de crenças que constituem a *própria* cosmovisão do *cristão*. Dada sua filosofia e compromissos básicos, o cristão constantemente pode afirmar, e na verdade assim o faz, que o mal é real, e não obstante, o cristão também crê em coisas sobre o caráter de Deus que juntas parecem incompatíveis com a existência do mal. O incrédulo poderia argumentar que, independentemente dos termos da incapacidade ética de sua própria cosmovisão, o cristão ainda se acha – nos *próprios* termos do cristão – trancado numa posição logicamente incoerente ao manter as três proposições seguintes:

1. DEUS É COMPLETAMENTE BOM.
2. DEUS É COMPLETAMENTE PODEROSO.
3. O MAL EXISTE.

Contudo, aqui o crítico ignora uma maneira perfeitamente razoável de afirmar todas essas três proposições.

Se o cristão pressupõe que Deus é perfeita e completamente bom – como a Escritura requer que façamos – então ele está comprometido a avaliar tudo dentro da sua experiência à luz dessa proposição. Por conseguinte, quando o cristão observa eventos ou coisas más no mundo, pode e deveria reter a consistência com sua pressuposição com respeito à bondade de Deus, *inferindo* agora que Deus tem uma *razão moralmente boa* para o mal existir. Deus certamente deve ser todo-poderoso para ser Deus; não se deve pensar dele como alguém sobrepujado ou frustrado pelo mal no universo. E Deus certamente é bom, professará o cristão – *de forma que* qualquer mal que encontremos

deve ser compatível com a bondade de Deus. Isto é somente para dizer que Deus planejou eventos maus por razões que são moralmente recomendáveis e boas.

Para colocar de outra forma, o aparente paradoxo criado pelas três proposições anteriores se resolve facilmente ao adicionarmos essa quarta premissa:

4. DEUS TEM UMA RAZÃO MORALMENTE SUFICIENTE PARA O MAL QUE EXISTE.

Quando se sustenta todas essas quatro premissas, não se encontra uma contradição lógica, nem sequer uma aparente. É precisamente parte do caminhar de fé do cristão, e de seu crescimento na santificação, derivar a proposição número 4 como a conclusão das proposições 1, 2 e 3.

Pense em Abraão quando Deus lhe ordenou que sacrificasse seu único filho. Pense em Jó quando perdeu tudo o que dava à sua vida felicidade e prazer. Em cada caso Deus teve uma razão perfeitamente boa para a miséria humana envolvida. Para eles, foi uma marca distintiva ou uma vitória da fé o não fraquejar em sua convicção com respeito à bondade de Deus, apesar de não serem capazes de ver ou entender o porquê ele lhes estava fazendo o que lhes fazia. De fato, inclusive no caso do maior crime de toda a história – a crucificação do Senhor da glória – o cristão professa que a bondade de Deus não foi inconsistente com o que as mãos dos ímpios fizeram. A morte de Cristo foi uma maldade? Certamente. Deus tinha uma razão moralmente suficiente para ela? Igualmente certo. Com Abraão declaramos: “Não faria justiça o Juiz de toda a terra?” (Gênesis 18:25). E esta bondade de Deus está acima de todo desafio: “Sempre seja Deus verdadeiro, e todo o homem mentiroso” (Romanos 3:4).

O Problema não é Lógico, mas Psicológico

Assim, o resultado é que o problema do mal não é uma dificuldade lógica de forma alguma. Se Deus tem uma razão moralmente suficiente para que o mal exista, como a Bíblia ensina, então sua bondade e poder não se vêem desafiados pela realidade de eventos e coisas más na experiência humana. O único problema lógico que surge com relação às discussões sobre o mal é a incapacidade filosófica do incrédulo para dar razão para a objetividade de seus juízos morais.

O problema que os homens têm com Deus quando enfrentam cara a cara o mal no mundo não é um problema lógico ou filosófico, mas um problema psicológico. Podemos achar emocionalmente muito difícil ter fé em Deus e confiar em sua bondade e poder, *quando não nos é dada a razão* pela qual nos sucedem coisas más – a nós e aos outros. Instintivamente pensamos conosco: “por que aconteceu uma coisa tão terrível?”. Os incrédulos também clamam internamente por uma resposta a tal pergunta. Porém Deus nem sempre fornece (de fato, raríssimas vezes) aos seres humanos uma explicação para o mal que experimentam ou observam. “As coisas secretas pertencem ao Senhor nosso Deus” (Deuteronômio 29:29). Pode ser que não sejamos capazes de entender os caminhos sábios e misteriosos de Deus, inclusive se ele no-los contasse (cf. Isaías 55:9). Contudo, permanece o fato de que não nos é informado o porquê a miséria, o sofrimento e a injustiça são parte de seu plano para a história e para nossas vidas individuais.

Assim, a Bíblia nos chama a confiar que Deus tem uma razão moralmente suficiente para o mal que se encontra no mundo, porém não nos diz qual é essa razão suficiente. O crente frequentemente batalha com essa situação, caminhando por fé e não por vista. O incrédulo, contudo, vê essa situação como intolerável para o seu orgulho, sentimentos ou racionalidade. Ele se recusa a confiar em Deus. Ele não crerá que Deus tem uma razão moralmente suficiente para o mal que existe, a menos que lhe seja dada essa razão para o seu próprio exame e avaliação. Para colocar resumidamente, o incrédulo não irá confiar em Deus a menos que Deus se subordine à autoridade intelectual e à avaliação moral do incrédulo – a menos que Deus aceite mudar de lugar com o pecador.

O problema do mal se reduz à pergunta de se uma pessoa deve ter fé em Deus e sua palavra ou se ela deve colocar a fé em seu próprio pensamento e valores humanos. Ela se torna finalmente uma questão de autoridade última na vida de uma pessoa. E nesse sentido, a maneira que os incrédulos batalham com o problema do mal não é senão um testemunho contínuo da maneira que o mal entrou na história humana em primeiro lugar. A Bíblia indica que o pecado, e todas as suas misérias acompanhantes, entraram nesse mundo por meio da primeira transgressão de Adão e Eva. E a questão com a qual Adão e Eva foram confrontados então foi precisamente a questão que os incrédulos enfrentam hoje: deveríamos ter fé na palavra de Deus simplesmente porque ele assim o diz, ou deveríamos avaliar a Deus e a sua palavra sobre a base da nossa própria autoridade última intelectual e moral?

Deus ordenou que Adão e Eva não comessem de certa árvore, provando-lhes para ver se tentariam definir o bem e o mal por si mesmos. Satanás se aproximou e desafiou a bondade e veracidade de Deus, sugerindo que ele tinha motivos impuros para impedir que Adão e Eva desfrutassem do deleite da árvore. E nesse ponto o curso total da história humana dependeu de se Adão e Eva confiariam e pressuporiam a bondade de Deus. Posto que não o fizeram, a raça humana tem sido visitada com muitíssimos tormentos e muito dolorosos para serem enumerados. Quando os incrédulos recusam aceitar a bondade de Deus sobre a base de sua própria auto-revelação, simplesmente perpetuam a fonte de todas as aflições humanas. Ao invés de resolver o problema do mal, eles são parte do problema.

Portanto, não se deve pensar que “o problema do mal” é algo como uma *base* intelectual para uma falta de fé em Deus. Antes, ele é simplesmente a *expressão* pessoal de tal carência de fé. O que descobrimos é que os incrédulos que desafiam a fé cristã terminam raciocinando em círculos. Porque eles carecem de fé em Deus, começam argumentando que o mal é incompatível com a bondade e o poder de Deus. Quando se lhes apresentam uma solução logicamente adequada e bíblicamente respaldada para o problema do mal (isto é, Deus tem uma razão moralmente suficiente, ainda que não revelada, para o mal que existe), eles recusam aceitá-la, *novamente* pela falta de fé deles em Deus. Eles prefeririam permanecer incapazes de dar uma explicação de *qualquer* juízo moral (sobre coisas serem boas ou más), seja qual for, do que se submeter à autoridade moral, última e imutável, de Deus. Esse é um preço muito alto a se pagar, tanto filosófica como pessoalmente.

Fonte: Esse artigo é o capítulo 30 do livro “Already Ready”, do dr. Greg L. Bahnsen.